



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO - CNPG – 30-10-2013**

**ATA 02/2013**

3Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, às dez horas, no  
4Serhs Natal Grande Hotel, situado na Via Costeira, 6045, Natal-RN, em  
5Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público  
6dos Estados e da União - CNPG, estiveram presentes os Excelentíssimos (as)  
7Senhores (as): Dra. Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de  
8Justiça do MPDFT e Presidente do CNPG; Dra. Ana Luiza Lobo Leão Osório,  
9Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e  
10Assessora Especial da Presidência do CNPG; Dra. Maria de Lourdes Abreu,  
11Procuradora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e  
12Secretária Executiva do CNPG; Dra. Patrícia de Amorim Rêgo, Procuradora-  
13Geral de Justiça do MPAC; Dra. Ivana Lúcia Franco, Procuradora-Geral de  
14Justiça do MPAP; Dr. José Renato Oliva de Mattos, Promotor de Justiça do  
15MPBA, representando o Dr. Wellington César Lima e Silva, Procurador-Geral  
16de Justiça do MPBA; Dr. Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado,  
17Procurador-Geral de Justiça do MPCE; Dr. Fábio Vello Correa, Subprocurador-  
18Geral de Justiça Institucional e representante do Dr. Eder Pontes da Silva,  
19Procurador-Geral de Justiça do MPES; Dr. Lauro Machado Nogueira,  
20Procurador-Geral de Justiça do MPGO; Dra. Ivana Farina, Procuradora de  
21Justiça do Estado do Goiás; Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves,  
22Procurador-Geral de Justiça do MPPA; Dra. Esther Sousa de Oliveira,  
23Coordenadora de Recursos Especializados e representante do Dr. Humberto de  
24Matos Brittes, Procurador-Geral de Justiça do MPMS; Dr. Nelson Antônio  
25Cavalcante Lemos, 1º Subprocurador-Geral de Justiça do MPPB, representando  
26 Dr. Bertrand de Araújo Asfora, Procurador-Geral de Justiça do MPPB; Dra.  
27Samia Saad Gallotti Bonavides, Subprocurador-Geral de Justiça do MPPR e  
28representante do Dr. Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça do MPPR e  
29Vice-Presidente da Região Sul; Dr. Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador-  
30Geral de Justiça do MPPE; Dra. Zélia Moreira Pinho, Procuradora-Geral de  
31Justiça do MPPI; Dra Lilian Moreira Pinho, Procuradora de Justiça do MPRJ e  
32Assessora Internacional do CNPG; Dr. Rinaldo Reis Lima, Procurador-Geral de



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 30-10-2013**

1Justiça do MPRN; Dr. Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do  
2MPRS; Dr. Héverton Alves de Aguiar, Procurador-Geral de Justiça do MPRO e  
3Presidente do GNCOC; Dr. Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça do  
4MPSC; Dr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Júnior, Subprocurador-Geral de  
5Justiça do MPSP e representante do Dr. Márcio Fernando Elias Rosa,  
6Procurador-Geral de Justiça do MPSP; Dr. Paulo Lima de Santana, Procurador  
7de Justiça do MPSE e representante do Dr. Orlando Rochadel Moreira,  
8Procurador-Geral de Justiça do MPSE e Presidente do GNDH; Dr. Luís  
9Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho; Dr. Marcelo Weitzel  
10Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça Militar; Dr. Cláudio Henrique  
11Portela do Rego, Conselheiro do CNMP; Dr. Cesar Bechara Nader Mattar  
12Junior, Presidente da CONAMP; Dr. Eudo Rodrigues, Presidente da AMPERN;  
13Dr. Jairo Cruz Moreira, Membro Colaborador da Comissão de Planejamento  
14Estratégico do CNMP; Dr. Manoel Pinheiro Freitas, Vice-Presidente da  
15International Association of Prosecutors-IAP; Dr. Derk Kiupers, Secretário-  
16Geral da International Association of Prosecutors; Dr. José Antônio Baêta de  
17M. Cançado, Procurador de Justiça do MPMG; Dr. Leonardo Duque, Promotor  
18de Justiça do MPMG; Dr. Paulo Augusto de Freitas Oliveira, Promotor de  
19Justiça do MPPE; Dr. Manoel Onofre de Souza Neto, Promotor de Justiça do  
20MPRN e ex Procurador-Geral de Justiça do MPRN; Dr. Paulo Augusto,  
21Promotor de Justiça do MPPE; Elizangela Monteiro, Assessora de Imprensa do  
22CNPNG.

23  
24

25Iniciando os trabalhos, Dra Eunice Carvalhido, Presidente do CNPG, saudou os  
26colegas presentes, dirigiu algumas palavras carinhosas ao Dr. Rinaldo Reis,  
27(PGJ-RN), e, ao final, concedeu-lhe o uso da palavra. Dr. Rinaldo  
28cumprimentou o colegiado, agradeceu a presença de todos e disse que era um  
29honra e uma alegria muito grande receber o evento. Retomando a palavra a Dra  
30Eunice agradeceu-lhe em nome de todos, elogio sua equipe de trabalho e  
31também sua hospitalidade. Os colegas rezaram o Pai Nosso e, a pedido da  
32Presidente, começaram as apresentações dos representantes. Apresentaram-se:



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-  
GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 30-10-2013**

12 Dra. Samia Saad Gallotti Bonavides, Subprocuradora-Geral de Justiça para  
13 assuntos jurídicos e representante do Estado do Paraná, que ressaltou sua  
14 satisfação em participar da reunião do Conselho; Dr. Paulo Lima de Santana,  
15 Procurador de Justiça e representante do Estado de Sergipe, que enfatizou seu  
16 prazer em estarem todos juntos; Dr. Fabio Vello Correa, Subprocurador-Geral  
17 de Justiça para assuntos Institucionais e representante do Estado do Espírito  
18 Santo; Dr. José Renato Oliva de Matos, Promotor de Justiça e Representante do  
19 Estado da Bahia; Dra. Lilian Moreira Pinho, Procuradora de Justiça, Assessora  
20 Internacional do CNPG e representante do Estado do Rio de Janeiro; Dra.  
21 Esther Sousa de Oliveira, Coordenadora de Recursos Especializados e  
22 representante do Mato Grosso do Sul, que ressaltou ser esta sua primeira  
23 participação na reunião; Dr. Arnaldo Hossepian Salles lima, Subprocurador-  
24 Geral de Justiça e representante do Estado de São Paulo, o qual justificou a  
25 ausência do Dr Márcio Fernando, Procurador-Geral de Justiça de SP, dizendo  
26 que era do conhecimento de todos o momento difícil que São Paulo vivia e por  
27 isso ele lamentava a impossibilidade de comparecer. Nesse momento a Dra  
28 Eunice aproveitou e pediu ao Dr. Arnaldo que levasse uma mensagem de  
29 parabéns, em nome do CNPG, ao Dr. Fernando Grella, Secretário de Segurança  
30 Pública de São Paulo, pois era notória sua contribuição para o crescimento do  
31 colegiado. Dando continuidade, finalizou a apresentação o Dr. Nelson  
32 Cavalcante Lemos, 1º Subprocurador-Geral de Justiça e representante do  
33 Estado da Paraíba, o qual informou que o Dr. Bertrande (PGJ-PB) não pode  
comparecer em razão de ter sido chamado com urgência a Brasília-DF para  
tratar de assuntos financeiros de sua Instituição. A Presidente então, perguntou  
se todos haviam recebido a Ata da reunião do dia 18/09 e se está poderia ser  
votada. Após a aprovação da Ata, houve uma inversão na pauta porque era  
necessário tratar de assuntos relacionados à regularização de impostos, e, para  
tanto, ela solicitou a participação da Dra. Ivana Farina (MPGO), a qual já esteve  
na presidência do colegiado. Ela iniciou saudando os colegas e cumprimentando  
a Presidente. Em seguida informou que gostaria de colocar, à disposição do  
colegiado, a representação do CNPG exercida por ela junto ao Conselho de  
Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, e que este seria o primeiro  
Conselho Nacional de Direitos Humanos. Após prestar diversos



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-  
GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJG – 30-10-2013**

1 esclarecimentos sobre essa representação, salientou que no ano de 2000 o  
2 Ministério Público tocou uma campanha nacional de combate à tortura, a qual  
3 teve grande repercussão, e que, na qualidade de presidente do colegiado, foi  
4 chamada pelo Ministro da Justiça José Carlos Dias, a comparecer no colegiado  
5 ligado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de prestar conta das atividades  
6 do MP e da eficácia da Lei de Tortura. Destacou, ainda, a existência do PL-  
7 74715 em votação no Congresso Nacional com o objetivo de alterar  
8 completamente a estrutura do Órgão, e que o Brasil não tem um colegiado de  
9 Direitos Humanos com assento nos Organismos Internacionais. Disse também  
10 que o CNPJG seria chamado para fazer parte de um trabalho nas redes sociais  
11 chamado “CNDH JÁ”. Continuando, apresentou diversas atividades do  
12 CDDPH, informou que hodiernamente o CNPJG precisou pedir, por meio de  
13 emenda parlamentar, sua inclusão no colegiado, e que também era de vital  
14 importância a participação dos MP’s Estaduais. Concluindo os trabalhos, a Dra.  
15 Ivana ressaltou a necessidade do CNPJG esta na nova formação do Conselho  
16 Nacional de Direitos Humanos, pois este seria o Órgão de representação  
17 nacional e internacional. Por fim, agradeceu aos colegas. Com a palavra Dr.  
18 Lauro (MPGO) salientou a importância e a competência da Dra Ivana na  
19 direção do colegiado, e mencionou o episódio no qual a Ministra Maria do  
20 Rosário fez declarações sobre o MP e o Judiciário do GO não estarem a altura  
21 da missão que tinham. Relatou ainda que o Procurador-Geral da República  
22 havia acatado um relatório de um Deputado goiano, produzido dentro de suas  
23 convicções, no qual foi acrescentado um cabeçalho, transformando-se assim  
24 sem uma peça jurídica e então encaminhada ao Ministro do STJ. Por essas  
25 razões, disse ele estar demonstrada a necessidade da representação do CDDPH  
26 ser feita por uma pessoa com bastante conhecimento, tal qual a Dra. Ivana. Dr.  
27 Marcelo (MPM) saudou os colegas, falou que o próximo grande embate do  
28 Constitucionalismo Brasileiro seria a escolha do federalismo ou não, e portanto  
29 o CNPJG não poderia ficar alheio a isso. Falou também sobre a Lei aprovada  
30 pelo Comitê de Combate a Tortura e da possível necessidade do colegiado  
31 participar dessa gestão, pois, na referida Lei, haveria uma série de cargos de  
32 nomeação do Presidente da República e outros não, e que estes estavam  
33 gerando uma certa insegurança. Dr. Felon (PGJ-PE) saudou o colegiado,



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPJG – 30-10-2013**

1 especialmente o Dr. Rinaldo (PGJ-RN) e a Presidente, e em seguida pediu  
2 licença a Dra. Eunice para que o Dr. Paulo Augusto (MPPE) pudesse ler um  
3 ofício. Nesse momento a Presidente interrompeu a reunião e solicitou  
4 gentilmente que esse espaço fosse concedido posteriormente. Prosseguindo  
5 então, a Dra. Eunice perguntou aos colegas se alguém desejaria mais alguma  
6 informação da Dra. Ivana sobre o CDDPH, com a negativa, a Presidente  
7 agradeceu imensamente a presença da Colega e mais uma vez a parabenizou  
8 pelos trabalhos realizados. Ainda com a palavra, a Presidente indagou aos  
9 colegas Héverton (PGJ-RO) e Fenelon (PGJ-PE) se o próximo assunto poderia  
10 ser tratado abertamente. Com a Palavra Dr. Fenelon solicitou ao Dr. Paulo que  
11 fizesse a leitura do Ofício nº 281/2013-GPGJ, o qual tinha relação com o  
12 assassinato do Promotor de Justiça Thiago Faria Soares. Após a leitura, Dr.  
13 Fenelon relatou o acontecido, conforme informações colhidas pessoalmente  
14 com a noiva da vítima. Em seguida destacou algumas providências tomadas por  
15 ele, e entre elas estavam: a designação de dois Subprocuradores para  
16 acompanhar as investigações, assim como uma portaria atribuindo ao GNCOC  
17 atuação em conjunto com o Ministério Público local. Por fim, externou seu  
18 ponto de vista, rogou novamente apoio do GNCOC e ressaltou seu desejo de  
19 encontrar os verdadeiros culpados. Dr. Héverton cumprimentou todos e iniciou  
20 descrevendo sua diligência assim que foi informado do ocorrido pela Presidente  
21 do CNPJG. Acrescentou ainda que tão logo a imprensa começou a divulgar  
22 informações, percebeu-se uma forte tendência em demonizar o colega,  
23 vinculando o seu assassinato à questões particulares, mas, na realidade, Thiago  
24 estava no exercício de suas funções, e o fato de ele ter ou não apoiado a sua  
25 namorada, era uma questão familiar, e em nada havia inibido os criminosos em  
26 tirar a vida de um Promotor de Justiça no pleno exercício de sua função.  
27 Ficando então evidenciada a vulnerabilidade do MP. Em seguida Dr. Héverton  
28 requereu ao colegiado que fosse deliberado e decidido como seria o apoio do  
29 GNCOC aos colegas de Pernambuco. Nesse instante, a Presidente interrompeu  
30 e solicitou que o Dr. Héverton fizesse uma contextualização histórica do crime  
31 para conhecimento dos colegas. Após essa elucidação o Dr. Nelson (MPPB)  
32 acrescentou algumas informações fornecidas pelo Dr Otavio, Coordenador do  
33 GAECO, e pediu ao Dr. Hossepian que expusesse ao colegiado a gravidade da



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO- CNPJ – 30-10-2013**

12situação. Feita a explanação, o Dr. Paulo (PGJ-MT) saudou os colegas e  
13agradeceu o apoio do GAECO de São Paulo, Mato G. do Sul e Rondônia, em  
14uma recente operação que resultou na prisão de 50 membros do PCC. Em  
15seguida adicionou que se o colega do Estado de Pernambuco, solicita, aquele  
16Conselho Nacional de Procuradores Gerais, apoio do GNCOC, então todos  
17deveriam reforçar essa intenção. Depois disso Dr. Felon interrompeu para  
18reiterar as palavras do colega Paulo e alertou quanto à necessidade do CNJ  
19designar um Juiz titular para o caso. A Dra. Ivana (PGJ-AP), apenas  
20contribuindo, salientou os desentendimentos entre o MP do Amapá e a  
21Assembléia Legislativa. Falou sobre o homicídio de um empresário na região e  
22seus possíveis envolvimento e alertou os colegas da atuação da criminalidade.  
23Com a palavra Dr. Fabio Vello asseverou seu amparo ao MPPE e discutiu a  
24regulamentação de uma cooperação entre os Ministérios Públicos. Dr. Lauro  
25(MPGO) fez alguns questionamentos e externou seu ponto de vista. Neste  
26momento o Dr. Héverton tomou a palavra e mostrou aos colegas como  
27deveriam interpretar os desdobramentos do assassinato. A partir desse instante,  
28a Presidente solicitou que a reunião prosseguisse em sigilo, limitando o evento  
29aos membros do MP e suspendendo o áudio. Retomando a reunião, Dr. Eunice  
30apresentou ao colegiado o Dr. Derk Kuipers, Secretário-Geral da Internation  
31Association of Prosecutors – IAP, e em seguida concedeu a palavra ao Dr.  
32Manoel Pinheiro, Promotor de Justiça do CE. Dr. Manoel cumprimentou todos  
33os presentes, declarou ser uma honra usar a palavra naquele colegiado e em  
seguida apresentou, por meio de uma exposição no PowerPoint, as  
possibilidades de cooperação entre a Associação Internacional de Membros do  
MP e a CONAMP ou o CNPJ. Durante sua apresentação, enfatizou que  
eventualmente a ONU contacta a IAP, para obter indicação de especialistas nas  
diversas áreas de atuação do MP, que possam colaborar na elaboração de  
documentos internacionais e, para tanto, o CNPJ seria o canal mais adequado  
para tal comunicação. Na sequencia apresentou os objetivos da IAP, pediu a  
participação dos MP's em seus eventos, falou dos cursos de qualificação  
profissional para promotores e procuradores e, por fim, chamou atenção para  
a relevância de se ter contato com uma Associação como a IAP, que tem  
representação em 140 Países, e para concessão do Premio Especial de



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



8 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-**  
9 **GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-**  
10 **CNPJG – 30-10-2013**

1 Reconhecimento, conferido à Procuradoria-Geral da República do Brasil, pela  
2 sua atuação no caso do mensalão. Ao final, apresentou ainda o vídeo de entrega  
3 do referido Premio e agradeceu o apoio que a IAP concedeu ao Ministério  
4 Público brasileiro. Com a palavra o Dr. Derk Kiupers disse que nãoalaria  
5 muito, pois o Dr. Manoel já haveria feito uma excelente explanação. Contudo,  
6 apresentou-se, agradeceu o convite e parabenizou a organização do evento.  
7 Salientou que a IAP é uma associação não governamental sem fins políticos, e  
8 que para fazer parte dela, exigia-se apenas que o candidato fosse Promotor de  
9 Justiça ou assistente Promotor. Acrescentou que a Argentina era um membro  
10 antigo da IAP, mas que hodiernamente, a pedido da Presidente Cristina  
11 Kirchner, não mais fazia parte da Associação, devido a IAP ter concedido  
12 filiação às Ilhas Malvinas, contrariando demanda Argentina. Mencionou sua  
13 satisfação em ter o Dr. Manoel como Vice-Presidente, pois ele é uma pessoa  
14 muito eficiente, e poderá representar não só o Brasil como também outros  
15 Países da América Latina. Continuando, apontou algumas atividades e normas  
16 da Associação e destacou a existência do Manual de Direitos Humanos para  
17 Promotores de Justiça, o qual foi republicado pela IAP em 2009, e serve de  
18 referencial para atuação dos colegas Promotores e Procuradores, e também para  
19 elaboração de ornamentos em âmbito Continental. Concluindo, informou ao  
20 colegiado sobre o programa de intercambio, cujo manual será traduzido e  
21 encaminhado pelo Dr. Manoel Pinheiro aos Procuradores-Gerais. A Presidente,  
22 em nome de todos, agradeceu ao Dr. Derk e ao Dr. Manoel, além de enfatizar  
23 sua opinião sobre a IAP. Ainda com a Palavra, a Dra. Eunice convidou a Dra.  
24 Lilian Moreira Pinho, Procuradora de Justiça do RJ, para tomar posse como  
25 Assessora Internacional do CNPJG, e o Dr. Héverton Alves de Aguiar,  
26 Procurador-Geral de Justiça de Rondônia, para sua recondução na Presidência  
27 do GNCOC. Realizadas as posses, a Dra. Patrícia (PGJ-AC) solicitou que a  
28 matéria da pauta referente à reforma do Estatuto do CNPJG fosse discutida na  
29 próxima reunião, devido a exigüidade de tempo. Com a aceitação de todos, a  
30 Presidente seguiu convidando o Dr. Manoel Onofre, Promotor de Justiça do  
31 RN, para sentar-se à mesa e receber sua Comenda. Após a entrega da medalha  
32 do CNPJG, em homenagem aos quatro anos em que o Dr. Manoel participou do  
33 colegiado como Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 30-10-2013**

1 Norte, ele agradeceu a todos, ressaltou que foram quatro anos maravilhosos e  
2 lembrou sua luta contra a PEC-37. Ele foi muito aplaudido pelo colegiado, e  
3 em seguida a Dra. Eunice passou a palavra ao Dr. José Antônio Baêta,  
4 Procurador de Justiça de MG. Dr. Baêta, devido à constante renovação dos  
5 membros do CNPG, iniciou informando aos colegas sobre a existência do  
6 Grupo Especial Permanente de Combate à Violência nos Estádios, criado pelo  
7 CNPG, após a CBF pedir auxílio ao Ministério Público no combate à violência  
8 nos estádios. Constituem esse Grupo os seguintes Estados: São Paulo, Rio de  
9 Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas,  
10 Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Pará, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte,  
11 Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. Acrescentou, também, o  
12 Protocolo de Intenções firmado com a CBF e outras medidas, cuja mais  
13 relevante seria a uniformização para os procedimentos envolvendo os laudos  
14 técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes. Ressaltou, ainda, o  
15 problema com as comissões que deveriam ser formadas pelos Estados sedes da  
16 Copa, e com a falta de evolução na criação do Grupo da Copa do Mundo.  
17 Alertou-os sobre as áreas de atuação do MP na Copa, sobre a questão dos  
18 Juizados Especiais, sobre os Movimentos Sociais e, ainda, sobre o Crime  
19 Organizado tal qual o Black Bloc. Levantou, também, a questão do Patrimônio  
20 Público em relação às estruturas temporárias criadas para apoio à Copa, as quais  
21 estão estimadas em mais de 600 milhões e não geraram qualquer benefício ao  
22 País. Questionou a licitude de tais despesas, em decorrência de um contrato  
23 firmado com a FIFA, e mencionou o problema que pode ser gerado aos  
24 Procuradores-Gerais, por conta de uma Ação Civil Pública contra a FIFA,  
25 impetrada por um grupo de Promotores das seis cidades sedes da Copa das  
26 Confederações. Continuando, esclareceu algumas peculiaridades sobre tal  
27 Ação, falou da criação, pelo CNMP, do Fórum Nacional de Articulação das  
28 Ações do Ministério Público, e sugeriu que fosse deliberado, pelo CNPG, a  
29 forma de trabalho dos Grupos da Copa do Mundo, assim como, a forma de  
30 interação com o CNMP. Por fim, mais uma vez ressaltou a importância do  
31 colegiado deliberar sobre questões relacionadas às estruturas temporárias de  
32 apoio à Copa, e sobre o estabelecimento de uma linha única de conduta para os  
33 Coordenadores de cada Estado, no que se refere às manifestações sociais. A



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-  
GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPNG – 30-10-2013**

12 Dra. Eunice o agradeceu pela explanação e verificou a possibilidade do Dr.  
13 Baêta fornecer um relatório do que foi apresentado, devido à necessidade de  
14 registro e informação do CNPG, e para que ela possa encaminhas aos  
15 Procuradores-Gerais. Dr. Paulo Augusto fez diversos esclarecimentos sobre  
16 qual é o entendimento dos Promotores de Justiça, que entraram com a Ação  
17 Civil Pública. Esclareceu, também, as dificuldades causadas pela FIFA,  
18 inclusive no que diz respeito a informações sobre as Estruturas Temporárias, e  
19 porque, em seu entendimento, a FIFA deveria arcar com tais despesas. Ao  
20 Final, pontuou alguns benefícios que restarão para o País, após o evento da  
21 COPA do MUNDO, diferentemente do que houve com a Copa das  
22 Confederações. A Dra. Eunice agradeceu ao Dr. Baêta e comunicou aos colegas  
23 que, caso todos concordassem, a Presidência do CNPG indicaria alguém para  
24 ajudar a Dra. Ivana, (PGJ-AP), na Secretaria Nacional de Direitos Humanos.  
25 Em seguida informou aos colegas que o Dr. Orlando, (PGJ-SE), não  
26 compareceria, e o assunto que por ele seria tratado, ficaria para o próximo  
27 encontro. Prosseguindo, a Elizangela, Assessora de Imprensa, fez uma  
28 apresentação detalhada do novo Sítio do CNPG, para que fosse submetida à  
29 aprovação do grupo, destacou ainda algumas peculiaridades e se colocou à  
30 disposição do colegiado para trabalhos futuros. Com a palavra, o Dr. Jairo,  
31 representante do CNMP, cumprimentou a Presidente, os Colegas e, em seguida,  
32 distribuiu um material sobre o Fórum Nacional de Gestão. Fazia também uma  
33 breve explanação sobre o Fórum, quando a Dra. Eunice interrompeu e pediu  
34 licença para que o Dr. Cesar Bechara (CONAMP) e o Dr. Eudo Rodrigues  
35 (AMPERN) pudessem ter a palavra. Eles saudaram o colegiado e agradeceram  
36 imensamente a presença de todos no XX Congresso Nacional do Ministério  
37 Público. Disseram ainda que a CONAMP e a AMPERN, com o apoio da  
38 Procuradoria-Geral do Rio Grande do Norte, fizeram o melhor que podiam na  
39 organização do evento. Concluindo a explanação, Dr. Jairo salientou o quão  
40 relevante era a participação de cada um dos membros do Fórum Nacional de  
41 Gestão, indicados pelos Ministérios Públicos. Pediu, ainda, que o CNPG  
42 ratificasse essa importância junto as Procuradorias-Gerais, assim como, que  
43 fosse encaminhado, a estas, os documentos do Fórum. A Presidente agradeceu  
44 ao Dr. Jairo e se comprometeu com o encaminhamento. Dando continuidade, a



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-  
GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 30-10-2013**

1 Dra. Eunice comunicou aos colegas que não teria mais condição de permanecer  
2 na presidência da CAP e, portanto, indicaria o Dr. Lauro Machado (PGJ-GO).  
3 Informou também que precisava indicar alguém para a Encla, perguntando  
4 então se havia algum candidato. Com a negativa, restou indicado o Dr. Paulo  
5 Roberto (PGJ-MT). Por fim, mencionou o Acordo de Cooperação Técnica com  
6 o STJ, esclarecendo que eles enfrentariam momentos difíceis, pois o STJ e o  
7 STF não aceitarão mais petição que não seja eletrônica. Tratou ainda de discutir  
8 com o colegiado a data da próxima reunião ordinária. Ficando estabelecido o  
9 dia 3 de dezembro.

10  
11  
12  
13  
14  
15 EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO (Afastamento Legal)  
16 Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT  
17 Presidente do CNPG  
18

19  
20  
21 FÁBIO BASTOS STICA  
22 Procurador-Geral de Justiça de Roraima  
23 Presidente em exercício na Reunião do dia 02 e 03 de Dezembro de 2013  
24

25  
26  
27 PATRÍCIA DE AMORIM RÊGO  
28 Procuradora-Geral de Justiça do Acre  
29

30  
31  
32 FRANCISCO DAS CHAGAS SANTIAGO CRUZ  
33 Procurador-Geral de Justiça do Amazonas



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-  
GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 30-10-2013

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA  
Procurador-Geral de Justiça da Bahia

MARCUS RENAN PALÁCIO DE M. C. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico e representante do Ceará

JOSEMAR MOREIRA  
Subprocurador-Geral de Justiça e representante do Espírito Santo

LAURO MACHADO NOGUEIRA  
Procurador-Geral de Justiça do Goiás

JOSE HENRIQUE MARQUES MOREIRA  
Procurador de Justiça e representante do Maranhão

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA  
Promotor de Justiça e representante do Mato Grosso



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-  
GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 30-10-2013

ÉLIDA DE FREITAS REZENDE

Secretária-Geral da PGJ-MG e representante de Minas Gerais

NELSON ANTÔNIO CAVALCANTE LEMOS

Procurador-Geral de Justiça da Paraíba em exercício

GILBERTO GIACOIA

Procurador-Geral de Justiça da Paraná

FERNANDO BARROS DE LIMA

Subprocurador-Geral de Justiça e representante de Pernambuco

TEREZINHA DE JESUS MARQUES

Procuradora de Justiça e representante do Piauí

ERTULEI LAUREANO DE MATOS

Subprocurador-Geral de Justiça e representante do Rio de Janeiro

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-  
GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 30-10-2013**

---

RINALDO REIS LIMA

Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte

---

EDUARDO DE LIMA VEIGA

Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul

---

LIO MARCOS MARIN

Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina

---

VERA NILVA ALVARES ROCHA LIRA

Procuradora-Geral de Justiça do Tocantins

---

EDUARDO BARRETO D'AVILA FONTES

Promotor de Justiça e representante de Sergipe

---

EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI

Vice-Procurador-Geral do MPT



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-  
GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPG – 30-10-2013

LILIAN MOREIRA PINHO  
Procuradora de Justiça do RJ  
Assessora para Assuntos internacionais do CNPG

MARIA DE LOURDES ABREU  
Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT  
Secretária-Executiva do CNPG

ANA LUIZA LOBO LEÃO OSORIO  
Promotora de Justiça do MPDFT  
Assessora Especial do CNPG

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES  
Procurador-Geral de Justiça do Pará

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-  
CNPAG – 30-10-2013**